

LEGISLAÇÃO PROCON		
LEIS		
2023	Lei Complementar nº 191/2023	Altera o § 4º do art. 61 da Lei nº 8.710, de 31 de julho de 1995 e dispõe sobre a gratificação aos servidores que desempenham atividade de atendimento ao público.
2021	Lei Complementar nº 14.181 - de 1º de julho de 2021	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.
2021	Lei nº 14.207- de 09 de julho de 2021.	Altera as Leis Municipais nº 11.934 , de 30 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre a reorganização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, disciplina as competências do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e dá outras providências" e nº 10.589 , de 21 de novembro de 2003, que "Dispõe sobre a Criação, Objetivos, Organização e Estrutura da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências".
2021	Lei Ordinária nº 14.159, de 31 de janeiro de 2021	Altera a Lei nº 10.589, de 21 de novembro de 2003, dispondo que o PROCON/JF é "vinculada à Secretaria de Governo - SG, é dotada de autonomia administrativa, técnica e financeira, patrimônio próprio, possuindo sede e foro na cidade de Juiz de Fora".
2016	Lei nº 13.452, de 19 de outubro de 2016.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Município de Juiz de Fora disponibilizar em seu site oficial a lista das empresas "Campeãs de Reclamação", junto ao Procon.
2009	Lei Ordinária nº 11.934, de 30 de dezembro de 2009	Dispõe sobre a reorganização do sistema municipal de proteção e defesa do consumidor, disciplina as competências do conselho municipal de defesa do consumidor e dá outras providências.
2003	Lei 10.589, de 21 de novembro de 2003	Dispõe sobre a Criação, Objetivos, Organização e Estrutura da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF
1998	Lei 9.200, de 12 de janeiro de 1998	Confere atribuições ao Procon.
1997	Lei 9.184, de 30 de dezembro de 1997	Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, disciplina sobre a competência e as atividades do Departamento Municipal de Defesa do Consumidor-PROCON e dá outras providências.
1990	Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990	Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
DECRETOS		
1986	Decreto nº 3.482, de 30 de abril de 1986	Institui o Programa Municipal de Defesa do Consumidor.
1997	Decreto 2.181, de 20 de março de 1997	Organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC.
1999	Decreto do Executivo nº 6.573/1999 - Revogado	Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.
1999	Decreto nº 6.397, de 18 de março de 1999	Regulamenta a Lei nº 9376, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre sanções administrativas e estabelecimento bancário infrator do direito do consumidor.
2000	Decreto do Executivo nº 06935/2000 - Revogado	Altera Decreto Municipal nº 6573, de 30 de novembro de 1999.
2004	Decreto do Executivo nº 08281/2004 - Revogado	Regulamenta a organização e as atribuições da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora – PROCON/JF criada pela Lei n.º 10.589 de 21 de novembro de 2003.

2006	Decreto nº 5.903, de 20 de setembro de 2006	Regulamenta a Lei no 10.962, de 11 de outubro de 2004, e dispõe sobre as práticas infracionais que atentam contra o direito básico do consumidor de obter informação adequada e clara sobre produtos e serviços, previstas na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990.
2006	Decreto 8.938, de 20 de dezembro de 2006 - Revogado	Dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infrações às normas de proteção e defesa do consumidor, estabelece critérios para fixação de valores das penas de multa a serem aplicadas pela Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF e dá outras providências.
2009	Decreto do Executivo nº 09808/2009	Acresce os incisos VIII e IX ao art. 26 do Decreto Municipal nº 6573, de 30 de novembro de 1999.
2010	Decreto nº 10.299, de 18 de junho de 2010	Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do sistema municipal de proteção e defesa do consumidor e do conselho municipal de proteção e defesa do consumidor e dá outras providências.
2016	Decreto nº 12.710, de 21 de julho de 2016	Designa, na forma do art. 30, do Decreto Municipal nº 8.281, de 02 de julho de 2004, o substituto legal do Superintendente da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, nas hipóteses de impedimento ou ausência.
2019	Decreto nº 13.612, de 30 de abril de 2019	Regulamenta a organização e as atribuições da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, instituída pela Lei nº 13.830 , de 31 de janeiro de 2019, que "Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Município de Juiz de Fora, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências".
2022	Decreto nº 15.195, de 29 de abril de 2022	Dispõe sobre o Processo Administrativo Sancionatório da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de fora -PROCON/JF e dá outras providências.
2022	Decreto nº 15.425/2022	Altera o art. 27 do Decreto nº 13.612, de 30 de abril 2019, que regulamenta a organização e as atribuições da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, instituída pela Lei nº 13.830, de 31 de janeiro de 2019.
2023	Decreto nº 16.215/23	Dispõe sobre os preços públicos devidos à Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF e dá outras providências, de 08 de novembro de 2023.
2023	Decreto 16.247/23	Altera o Decreto nº 16.215, de 08 de novembro de 2023, que dispõe sobre os preços públicos devidos à Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF e dá outras providências, de 05 de dezembro de 2023.
RESOLUÇÃO		
2005	Resolução nº 00011/2005 - Revogada	Aprova o Regimento Interno da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora – PROCON/JF
2013	Resolução nº 00074/2013	Altera a Resolução nº 011, de 22 de novembro de 2005, que “Aprova o Regimento Interno da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF”
2023	Resolução n.º 1/2023 - CA/PROCON/JF	Dispõe sobre a estrutura organizacional da Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira - EDCEF
2023	Resolução n.º 1/2023 - PROCON/JF	Edita o Regimento Interno da Junta Recursal da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF
2023	Resolução n.º 02/2023	Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes de pós-graduação no âmbito da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON-JF
2023	RESOLUÇÃO N.º 2/2023 - CA/PROCON/JF	Aprova o Regulamento das Atividades e Situações de Alto Risco, de que trata o art. 55, § 3º, da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.
PORTARIA		
2023	Portaria nº 12.735	Designa membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor de Juiz de Fora (Lei nº 14.207 - de 09 de julho de 2021 - Altera as Leis Municipais nº 11.934, de 30 de dezembro de 2009 e nº 10.589, de 21 de novembro de 2003).

2023	Portaria nº 12.767	Altera a Portaria nº 11.524/2021, que nomeia os membros do Conselho de Administração da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF.
2023	Portaria conjunta nº 81 - CGM / PROCON	Altera membros da Comissão responsável pelo acompanhamento das ações do Controle Interno Setorial da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF.
2023	Portaria nº 1/2023	Nomeia os integrantes da Comissão de Seleção de Estagiários de Pós-Graduação, instituída pela Resolução nº 1/2022 - PROCON/JF, de 20 de dezembro de 2022.
2023	Portaria nº 1/2023	Nomeia a Coordenação da Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira – EDCEF e dá outras providências.
2023	Portaria nº 12/2023	Nomeia os integrantes das Turmas Recursais da Junta Recursal da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF.
2023	Portaria nº 13/2023	Estabelece critérios objetivos de distribuição de recursos administrativos às Turmas Recursais e aos respectivos integrantes da Junta Recursal da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF.
2023	Portaria nº 17/2023	Regulamenta os casos de impedimento e de suspeição, no âmbito da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF e dá outras providências.
2023	Portaria nº 6/2023	Altera a Portaria nº 1/2023 - PROCON/JF, que designa membros da Comissão de Seleção de Estagiários de Pós-Graduação, instituída pela Resolução nº 01/2022 - PROCON/JF, de 20 de dezembro de 2022.
2023	Portaria nº 7/2023	Nomeia servidores públicos responsáveis pela Gestão e Fiscalização de Contratos da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF.
2024	Portaria nº 1/2024	Designa membros para compor a comissão instituída para o levantamento geral dos Valores das Contas Representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos .
2024	Portaria nº 2/2024	Altera a Portaria nº 6/2023 - PROCON/JF e substitui membro da Comissão de Seleção de Estagiários de Pós-Graduação, instituída pela Resolução nº 01/2022 - PROCON/JF, de 20 de dezembro de 2022.
2024	Portaria nº 3/2024	Torna público os valores atualizados dos serviços públicos prestados pela Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF, para o exercício de 2024.
2024	Portaria nº 4/2024	Nomeia servidores públicos responsáveis pela Gestão e Fiscalização do termo celebrado entre o PROCON/JF e a sociedade empresária MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
2024	Portaria nº 5/2024	Nomeia servidores públicos responsáveis pela fiscalização, em caráter de substituição, de contratos da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF.
2024	Portaria nº 6/2024	Nomeia servidores públicos responsáveis pela Gestão e Fiscalização de Contratos da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF.
2024	Portaria nº 13/2024	Regulamenta os prazos para execução de expedientes ordinários, no âmbito da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, e dá outras providências.
2024	Portaria n.º 21/2024	Nomeia os integrantes da Comissão de Negociação, instituída pela Instrução Normativa nº 2/2024 – PROCON/JF, de 27 de junho de 2024.

INSTRUÇÃO NORMATIVA

2023	Instrução Normativa nº 1/2023	Regulamenta o protocolo de que trata o Art. 4º, da Lei Municipal n. 11.651, de 05 de agosto de 2008, que institui a cobrança de meia-entrada para o ingresso de estudantes nos locais e nas condições que especifica.
------	---	---

2023	Instrução Normativa nº2/2023	Regulamenta os critérios de dosimetria da penalidade de multa, de que trata a Seção I, do Capítulo VI, do Decreto Municipal n. 15.195, de 29 de abril de 2022, no âmbito da atuação do Procon/JF.
2024	Instrução Normativa nº1/2024	Regulamenta o uso de recursos tecnológicos para a comunicação dos atos processuais e para a realização de audiências em procedimentos preliminares, no âmbito do Sistema Pró Consumidor, da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor
2024	Errata da Instrução Normativa nº 2/2023	Onde se lê:“(…) Art. 4º A pena-base será apurada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator, observando-se a fórmula (RBM x 0,01 x NAT x VAN) + PE = MULTA-BASE, onde: (...)” - Leia-se:“(…) Art. 4º A pena-base será apurada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator, observando-se a fórmula (RBM x NAT x VAN) + PE = MULTA-BASE, onde: (...)”
2024	Errata da Instrução Normativa nº 2/2023	Onde se lê: “(…) Art. 11. Diminuída a penalidade no máximo previsto no artigo 8º, se o resultado da multa ainda se mantiver desproporcional, conforme critérios estabelecidos nos §1º, §2º e §3º, aplicar-se-á a redução percentual descrita na tabela constante do Anexo Único. (...)” – Leia-se: “(…) Art. 11. Diminuída a penalidade no máximo previsto no artigo 9º, se o resultado da multa ainda se mantiver desproporcional, conforme critérios estabelecidos nos §1º, §2º e §3º, aplicar-se-á a redução percentual descrita na tabela constante do Anexo Único. (...)”
2024	Instrução Normativa nº2/2024	Dispõe sobre as regras para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, de que trata o Capítulo XI, do Decreto Municipal n. 15.195, de 29 de abril de 2022, no âmbito da atuação da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF. A SUPERINTENDENTE DA AGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA - PROCON/JF

Fontes:

Decreto nº 3.482, de 30 de abril de 1986. Institui o Programa Municipal de Defesa do Consumidor. Disponível em <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000010938>. Consulta feita em 09/05/23.

Lei Municipal nº 9.184/1997. Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000023001>. Consulta feita em 15/12/22.

Decreto do Executivo 6.573/1999. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000018537>. Consulta feita em 15/12/2022.

Decreto do Executivo 8.281/2004. Regulamenta a organização e as atribuições da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora. Disponível em <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000021949>. Consulta feita em 06/01/2023.

Lei Municipal 11.934/2009. Dispõe sobre a reorganização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000032266>. Consulta feita em 15/12/2022.

Decreto do Executivo 10.299/2010. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000032809>. Consulta feita em 15/12/22.

Decreto nº 15.195, de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre o Processo Administrativo Sancionatório da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF e dá outras providências. <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/decreto/2022/1520/15195/decreto-n-15195-2022-dispoe-sobre-o-processo-administrativo-sancionatorio-da-agencia-de-protecao-e-defesa-do-consumidor-de-juiz-de-fora-procon-jf-e-da-outras-providencias?q=PROCON>

Lei nº 14.207, de 09 de julho de 2021. Altera as Leis Municipais nº 11.934, de 30 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre a reorganização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, disciplina as competências do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e dá outras providências" e nº 10.589, de 21 de novembro de 2003, que "Dispõe sobre a Criação, Objetivos, Organização e Estrutura da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, fixa princípios e diretrizes de

gestão e dá outras providências". <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2021/1421/14207/lei-ordinaria-n-14207-2021-altera-as-leis-municipais-n-11934-de-30-de-dezembro-de-2009-que-dispoe-sobre-a-reorganizacao-do-sistema-municipal-de-protecao-e-defesa-do-consumidor-disciplina-as-competencias-do-conselho-municipal-de-defesa-do-consumidor-e-da-outras-providencias-e-n-10589-de-21-de-novembro-de-2003-que-dispoe-sobre-a-criacao-objetivos-organizacao-e-estrutura-da-agencia-de-protecao-e-defesa-do-consumidor-de-juiz-de-fora-procon-jf-fixa-principios-e-diretrizes-de-gestao-e-da-outras-providencias?q=PROCON>

Decreto nº 13.612, de 30 de abril de 2019. Regulamenta a organização e as atribuições da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, instituída pela Lei nº 13.830, de 31 de janeiro de 2019, que "Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Município de Juiz de Fora, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências". <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/decreto/2019/1362/13612/decreto-n-13612-2019-regulamenta-a-organizacao-e-as-atribuicoes-da-agencia-de-protecao-e-defesa-do-consumidor-de-juiz-de-fora-procon-jf-instituicao-pela-lei-n-13830-de-31-de-janeiro-de-2019-que-dispoe-sobre-a-organizacao-e-estrutura-do-poder-executivo-do-municipio-de-juiz-de-fora-fixa-principios-e-diretrizes-de-gestao-e-da-outras-providencias?q=PROCON>

Lei Ordinária nº 14.159, de 31 de janeiro de 2021. Altera a Lei nº 10.589, de 21 de novembro de 2003. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2021/1416/14159/lei-ordinaria-n-14159-2021-altera-a-lei-n-9212-de-27-de-janeiro-de-1998-a-lei-n-10589-de-21-de-novembro-de-2003-e-a-lei-n-13830-de-31-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 09/05/2023.

Lei Ordinária nº 13.452/2019. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Município de Juiz de Fora disponibilizar em seu site oficial a lista das empresas "Campeãs de Reclamação", junto ao Procon. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2016/1346/13452/lei-ordinaria-n-13452-2016-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-o-municipio-de-juiz-de-fora-disponibilizar-em-seu-site-oficial-a-lista-das-empresas-campeas-de-reclamacao-junto-ao-procon?q=procon>. Acesso em: 09/05/2023

Decreto nº 12.710/2016. Designa, na forma do art. 30, do Decreto Municipal nº 8.281, de 02 de julho de 2004, o substituto legal do Superintendente da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF, nas hipóteses de impedimento ou ausência. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/decreto/2016/1271/12710/decreto-n-12710-2016-designa-na-forma-do-art-30-do-decreto-municipal-n-8281-de-02-de-julho-de-2004-o-substituto-legal-do-superintendente-da-agencia-de-protecao-e-defesa-do-consumidor-de-juiz-de-fora-procon-jf-nas-hipoteses-de-impedimento-ou-ausencia?q=procon>. Acesso em: 09/05/2023.

Lei Ordinária nº 10.589/2003. Dispõe sobre a Criação, Objetivos, Organização e Estrutura da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2003/1058/10589/lei-ordinaria-n-10589-2003-dispoe-sobre-a-criacao-objetivos-organizacao-e-estrutura-da-agencia-de-protecao-e-defesa-do-consumidor-de-juiz-de-fora-procon-jf-fixa-principios-e-diretrizes-de-gestao-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09/05/2023.

Lei nº 9.200/1998. Confere atribuições ao Procon. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1998/920/9200/lei-ordinaria-n-9200-1998-confere-atribuicoes-ao-procon>. Acesso em: 09/05/2023.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 09/05/2023.

Decreto 2.181, de 20 de março de 1997. Organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2181.htm. Acesso em: 09/05/2023.

Decreto nº 6.397, de 18 de março de 1999. Regulamenta a Lei nº 9376, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre sanções administrativas e estabelecimento bancário infrator do direito do consumidor. Disponível em: <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000018185>. Acesso em: 09/05/2023.

Decreto do Executivo nº 06935/2000 (Revogado). Altera Decreto Municipal nº 6573, de 30 de novembro de 1999. Disponível em: <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000019261>. Acesso em: 09/05/2023.

Decreto nº 5.903, de 20 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, e dispõe sobre as práticas infracionais que atentam contra o direito básico do consumidor de obter informação adequada e clara sobre produtos e serviços, previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5903.htm. Acesso em: 09/05/2023.

Decreto 8.938, de 20 de dezembro de 2006 (Revogado). Dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infrações às normas de proteção e defesa do consumidor, estabelece critérios para fixação de valores das penas de multa a serem aplicadas pela Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF e dá outras providências. Disponível em: http://www.jflgis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000027075. Acesso em: 09/05/2023.

Decreto do Executivo nº 09808/2009. Acresce os incisos VIII e IX ao art. 26 do Decreto Municipal nº 6573, de 30 de novembro de 1999. Disponível em: <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000031122>. Acesso em: 09/05/2023.

Resolução nº 00011/2005 - Revogada. Aprova o Regimento Interno da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF. Disponível em: <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000026344>. Acesso em: 09/05/2023

Resolução nº 00074/2013. Altera a Resolução nº 011, de 22 de novembro de 2005, que "Aprova o Regimento Interno da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF". Disponível em: <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000036573>. Acesso em: 09/05/2023.

PORTARIA N.º 1/2023 – EDCEF-PROCON – Nomeia a Coordenação da Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira – EDCEF - https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=109176

<https://sindecnacional.mj.gov.br/home>

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/juiz-de-fora.html>